



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
27/04/2026	09h30	11h	reunião efetuada por acesso remoto (videoconferência), via <i>link</i> gerado pela entidade.

2. Pauta

Item	Descrição
I	Cenário macroeconômico 2025 e 2026;
II	Apresentação do Relatório de Controles Internos;
III	Proposta de alienação e reavaliação de imóveis;
IV	Outros Assuntos.

3. Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
Ana Carolina Cavalcante Reis	Membro Efetiva	<i>ANA CAROLINA CAVALCANTE REIS</i>
Carlos Afonso Araujo Melo	Membro Suplente	<i>Carlos Afonso Araujo Melo</i>
Eronildes Almeida Marinho	Membro Efetivo	<i>Eronildes Almeida Marinho</i>
Karine Maria Rodrigues Pereira De Moraes	Presidente Substituta	<i>Karine Maria Rodrigues Pereira de Moraes</i>
Teonia Almeida Do Vale Costa	Membro Efetiva	<i>TEONIA ALMEIDA DO VALE COSTA</i>
Henderson Rovay	Membro Efetivo	<i>HENDERSON ROVAY</i>
Ytaquirate Quena Silva Soeiro	Membro Efetivo	<i>Ytaquirate Quena Silva Soeiro</i>

4. Convidados

Nome	Cargo	Assinatura
Carlos Antônio Brito dos Santos	Diretor Financeiro	<i>Carlos Antônio Brito dos Santos</i>
Júlio César Bueno de Brito	Gerente de Investimentos	<i>Júlio César Bueno de Brito</i>



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

Mauro Chaves de Almeida	Presidente	<i>Mauro Chaves de Almeida</i>
-------------------------	------------	--------------------------------

5. Secretária

Nome	Cargo	Assinatura
Tayara Aiane Silva Ferreira	Secretária de Governança	<i>TAYARA AIANE SILVA FERREIRA</i>

6. Assuntos Discutidos / Decisões

Dando início à reunião, a Presidente substituta deste Conselho, Sra. Karine Moraes, conduziu os trabalhos, cumprimentou os presentes e, na sequência, concedeu a palavra ao Diretor Financeiro para a apresentação dos itens constantes da pauta. Em prosseguimento, o Sr. Carlos Brito transferiu a palavra ao Sr. Renato Eisele, representante da Aditus, para a exposição do primeiro tema.

I. Cenário macroeconômico 2025 e 2026;

Com a palavra, o Sr. Renato, representante da consultoria de Investimentos responsável pelos investimentos administrados pela EQTPREV, seguiu para a exposição do primeiro item da pauta,

Aos presentes, o Sr. Renato iniciou sua apresentação agradecendo a participação de todos e destacando a parceria existente, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Informou que a exposição teria caráter de bate-papo, abordando o cenário macroeconômico recente e as perspectivas para 2025 e 2026.

Inicialmente, destacou que o ambiente econômico global se tornou mais desafiador após um período de relativa estabilidade no início do ano, sendo impactado por eventos geopolíticos que aumentaram a volatilidade dos mercados. Ressaltou que o principal efeito observado foi a elevação da inflação, especialmente nos Estados Unidos, pressionada pelo aumento dos preços de energia e commodities, caracterizando uma inflação de custos, sem crescimento econômico proporcional.

No cenário internacional, pontuou que, apesar da elevação da inflação no curto prazo, as expectativas de longo prazo permanecem relativamente ancoradas. Comentou ainda sobre a política monetária americana, com expectativa de manutenção dos juros no curto prazo e possíveis



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

cortes futuros, além de possíveis mudanças na condução do banco central, com impactos no comportamento do dólar e dos mercados globais.

No contexto brasileiro, destacou a revisão das expectativas de inflação para patamares próximos a 5% no curto prazo, influenciada por fatores como energia e combustíveis. Contudo, reforçou que o impacto de longo prazo permanece limitado. Em relação à taxa de juros, indicou que, apesar do cenário inflacionário, há expectativa de continuidade do ciclo de cortes, considerando o nível ainda elevado dos juros reais.

Comentou que a volatilidade observada em março foi majoritariamente técnica, decorrente de ajustes de posições no mercado financeiro, especialmente em fundos multimercados, e não necessariamente de mudanças estruturais no cenário econômico, tendo as expectativas posteriormente retornado a patamares próximos ao cenário anterior.

No que se refere aos ativos, destacou que o Brasil apresentou desempenho positivo relativo, com valorização da moeda e entrada significativa de capital estrangeiro, favorecido pelo diferencial de juros e pelo perfil exportador de commodities. Contudo, ponderou que esse movimento tende a se moderar com a redução dos juros. Em relação à bolsa de valores, avaliou que o crescimento recente pode desacelerar, com maior potencial em empresas fora do índice principal (Small Caps).

Alertou para maior atenção ao mercado de crédito, destacando o aumento do risco devido ao elevado nível de endividamento das empresas e ao impacto prolongado de juros altos, com aumento de rebaixamentos de rating e piora nas condições de financiamento. Nesse sentido, indicou recomendação de redução de exposição a crédito privado, priorizando ativos de maior qualidade e maior previsibilidade.

Sobre o cenário Político e Fiscal, observou que as eleições ainda têm impacto limitado nas expectativas de mercado no curto prazo, mas destacou preocupações estruturais quanto à dificuldade de implementação de reformas fiscais, o que pode manter os juros em patamares elevados por mais tempo.

Durante a apresentação, o Presidente Sr. Mauro Chaves, questionou sobre a adequação da exposição das carteiras ao crédito, considerando o cenário de maior risco nas empresas emissoras. Em resposta, o Sr. Renato, confirmou a recomendação de redução da exposição a crédito privado, especialmente em ativos com maior risco, destacando a preferência por instrumentos de instituições financeiras sólidas ou setores mais previsíveis. Ressaltou ainda que o momento pode gerar oportunidades futuras de investimento, após maior abertura de spreads.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

O Presidente Sr. Mauro Chaves, também levantou preocupação quanto ao cenário fiscal brasileiro e seus possíveis impactos na manutenção dos juros em patamares elevados. O Sr. Renato concordou com a preocupação, destacando a dificuldade de implementação de reformas estruturais e indicando baixa probabilidade de redução significativa dos juros para níveis de um dígito no curto prazo. Adicionalmente, questionou sobre o posicionamento das carteiras diante do cenário atual de incertezas. Em resposta, o Sr. Renato destacou que, no curto prazo, houve redução do apetite ao risco em função do aumento da volatilidade, recomendando cautela. No médio prazo, ressaltou a importância da diversificação e da manutenção de estratégias, considerando que o mercado tende a se ajustar ao longo do tempo.

Em complemento, o Conselheiro Sr. Eronildes Marinho, questionou se as carteiras atuais da EQTPREV estariam adequadamente posicionadas para enfrentar o cenário adverso e aproveitar oportunidades de mercado. Em resposta, o Sr. Renato afirmou que os perfis de investimento estão bem estruturados e que a gestão adotada tem se mostrado adequada, com postura mais defensiva, o que contribuiu para melhor desempenho relativo no período recente. Destacou ainda que, em momentos de volatilidade, recomenda-se evitar mudanças abruptas de perfil, reforçando a importância da visão de longo prazo.

Por fim, foi apresentado comparativo de desempenho das carteiras, indicando que a estratégia adotada se mostrou resiliente, com resultados consistentes e, em alguns segmentos, superiores à média de mercado.

Encerrada a apresentação, os participantes agradeceram ao Sr. Renato pelas contribuições, destacando a relevância das informações, e sugeriram nova participação no segundo semestre para reavaliação do cenário.

II. Apresentação do Relatório de Controles Internos;

Foi concedida a palavra ao Sr. Rafael, representante da empresa DATA A, acompanhado de sua equipe técnica, para apresentação do Relatório de Controles Internos referente ao primeiro semestre de 2025.

Inicialmente, o expositor contextualizou o objetivo da apresentação, destacando que o relatório foi elaborado em atendimento ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2024, com a finalidade de subsidiar o Conselho Fiscal na avaliação dos controles internos, da gestão de riscos e da situação econômico-financeira e atuarial da Entidade. Ressaltou que o documento foi previamente



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

disponibilizado aos conselheiros e que a apresentação se concentraria nos principais pontos de destaque do período analisado. Foi esclarecido que a elaboração do relatório contou com o suporte técnico da DATA A, envolvendo as áreas de Governança, Seguridade, Contabilidade e Atuarial, sendo, contudo, de responsabilidade do Conselho Fiscal a sua emissão final, bem como a validação das análises e recomendações apresentadas.

No que se refere aos resultados do período, foi destacado que a Entidade apresentou manutenção de controles internos compatíveis com seu porte e complexidade operacional, com cumprimento das obrigações legais e regulatórias. Observou-se, ainda, estabilidade dos principais indicadores econômico-financeiros e atuariais, bem como desempenho satisfatório dos investimentos, os quais permaneceram enquadrados às normas vigentes e superaram as metas estabelecidas na política de investimentos.

Em relação às premissas atuariais, foi informado que estas se encontram aderentes às normas aplicáveis e compatíveis com a realidade dos planos, preservando a sustentabilidade atuarial. Quanto à situação financeira e atuarial, verificou-se equilíbrio geral dos planos, com manutenção da solvência e ausência de deterioração relevante no período analisado. A gestão administrativa e a execução orçamentária também foram consideradas adequadas, com alinhamento ao planejamento aprovado e acompanhamento dos indicadores.

No tocante à estrutura de Governança, Controles Internos e riscos, Compliance, foi destacada a existência de processos estruturados, com definição de papéis e responsabilidades, monitoramento sistemático de riscos e atendimento às exigências normativas, incluindo aspectos relacionados à LGPD, prevenção à lavagem de dinheiro e demais políticas institucionais.

Foram apresentadas, ainda, recomendações de caráter preventivo e evolutivo, voltadas ao aprimoramento contínuo da Governança e dos Controles Internos, dentre as quais se destacam: continuidade do monitoramento dos investimentos e dos indicadores administrativos; revisão e formalização periódica de normativos internos; acompanhamento sistemático das premissas atuariais; fortalecimento dos processos de gestão de riscos; ampliação da transparência institucional; e regularização da habilitação dos membros dos Conselhos junto à PREVIC.

Encerrada a apresentação, iniciou-se a fase de manifestações dos conselheiros, onde o Conselheiro Sr. Eronildes Marinho, sugeriu aprimoramentos na redação do relatório, especialmente quanto à explicitação formal da aprovação de indicadores pelo Conselho Deliberativo, citou a página 39 do referido relatório, para evitar interpretações implícitas, bem como maior clareza na apresentação das conclusões e recomendações. Reforçou, ainda, a necessidade de padronização na

ALLX CAM CB  JB EMM MCDR TASF TADVGRSS



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

apresentação do status das recomendações citando a página 73, com indicação objetiva de sua situação (concluída, em andamento ou pendente), acompanhada das respectivas justificativas., complementando sugerindo ajuste de redação na página 75 incluindo a palavra " mantém" após nome Conselho Fiscal. Em resposta, a Área de Riscos esclareceu que o relatório apresentado já contemplava o acompanhamento das recomendações constantes de relatórios anteriores, com seus respectivos status atualizados. Nesse contexto, destacou-se que eventuais ajustes de redação em recomendações emitidas em exercícios anteriores não são passíveis de alteração, uma vez que tais registros refletem o conteúdo original aprovado à época, devendo ser preservados para fins de integridade histórica e rastreabilidade das informações. Como proposta de melhoria, solicitou que, nas próximas apresentações a Área de Riscos, inclua quadro consolidado contendo todas as recomendações, tanto as atuais quanto as de períodos anteriores, com seus respectivos status de acompanhamento, facilitando a análise e o monitoramento pelo colegiado.

No que se refere às recomendações relacionadas à habilitação dos conselheiros junto à PREVIC, o Conselheiro Sr. Eronildes Marinho, ponderou que o relatório deveria refletir também o entendimento jurídico já existente sobre o tema, de forma a evitar interpretação de irregularidade, sugerindo maior alinhamento entre o conteúdo do relatório e os registros formais da Entidade. A Conselheira Sra. Teonia Almeida, também se manifestou sobre o processo de habilitação, sugerindo a verificação de que a regularização seja realizada de forma célere e objetiva e a possibilidade de ainda ser nesse mandato.

A presidente substituta do conselho, Sra. Karine Moraes, complementou que no seu entendimento a recomendação quanto à habilitação decorre da alteração de enquadramento da Entidade, esclareceu-se que o mandato atual teve início em 2024, período em que a entidade ainda se encontrava classificada no segmento S3, não havendo obrigatoriedade regulatória de habilitação para os membros dos colegiados. Com a reclassificação da entidade para o segmento S2 em 2025, havendo entendimento jurídico anterior pela não obrigatoriedade no mandato atual, sem prejuízo de reavaliação pelo Conselho Deliberativo. Nesse contexto, foi consensuado que o tema será reavaliado, considerando aspectos legais, operacionais e de viabilidade, podendo ser adotadas providências conforme deliberação do colegiado.

O Conselheiro Sr. Eronildes Marinho, destacou conforme página 78 do referido relatório que, embora o relatório seja de competência do Conselho Fiscal, cabe ao Conselho Deliberativo exercer papel ativo na análise das recomendações, deliberando quanto à sua implementação, definição de prazos e responsabilidades. Ressaltou a importância de maior clareza quanto a esse papel no fluxo

ALLR CAAM CB  JB EMM MCDR TASF TAOV GSS



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

do processo decisório, pontuou a necessidade de que os relatórios contemplem, além da análise do período de referência, a situação atualizada dos pontos avaliados, de modo a evitar defasagem de informações e proporcionar maior efetividade na tomada de decisão. Nesse sentido, sugeriu que eventuais irregularidades ou apontamentos identificados no período analisado venham acompanhados da indicação de sua condição atual (regularizada ou não).

Adicionalmente, foram levantadas observações quanto à necessidade de aprimoramento da redação de trechos do relatório, maior objetividade na linguagem e padronização das informações apresentadas, visando maior clareza e compreensão por parte dos conselheiros, para os próximos relatórios, tendo em vista que este já foi finalizado.

Ao final, o Conselho Deliberativo tomou conhecimento do Relatório de Controles Internos e deliberou pelo aprofundamento da análise das recomendações apresentadas, com definição de encaminhamentos, responsáveis e acompanhamento periódico de sua implementação, reforçando a importância do aprimoramento contínuo dos processos de governança e controle da Entidade.

III. Proposta de alienação e reavaliação de imóveis;

Na sequência da reunião, o Gerente de Investimentos, Sr. Júlio Cesar, apresentou a proposta de Reavaliação Imóvel do Plano Equatorial Pará, destacando que o procedimento é realizado anualmente, especialmente em função da atualização do contrato de locação, prevista para o mês de abril.

Informou que, para o exercício de 2025, foi realizada nova avaliação do imóvel por empresa especializada, a mesma contratada no ano anterior. O valor contábil vigente, referente a março de 2025, era de R\$ 29.142.500,16. Após a reavaliação, foi apurado valor médio de R\$ 31.415.383,34, representando valorização aproximada de 7,8%.

Foram também apresentados os valores mínimo e máximo apurados na avaliação, sendo, respectivamente, R\$ 26.703.051,53, (queda aproximada de 8,37%) e R\$ 34.483.393,67 (elevação aproximada de 18%). Conforme prática adotada pela entidade, a recomendação da Gerência de Investimentos foi pela adoção do valor médio para fins de registro contábil, por refletir de forma mais adequada o valor de mercado do ativo.

O Sr. Júlio Cesar esclareceu que a reavaliação patrimonial do imóvel não implica, necessariamente, reajuste no valor do aluguel. Explicou que o contrato de locação prevê fórmula específica de reajuste, baseada na inflação dos últimos 12 meses, na meta atuarial do plano e na variação do valor patrimonial do imóvel. No cenário atual, a aplicação dessa fórmula resultaria em valor inferior

ALLR CAAM CB  JB EMM MCDA TASF TAVG/SS



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

ao aluguel atualmente praticado; entretanto, o contrato estabelece cláusula de manutenção do valor vigente em caso de redução, motivo pelo qual o aluguel permanecerá inalterado, no montante de R\$ 326.362,00 mensais.

A Conselheira Sra. Teonia Almeida questionou a ausência de reajuste do aluguel, considerando que o contrato prevê atualização no período. Em resposta, o Gerente de Investimentos reiterou que, embora haja previsão contratual de reajuste, a aplicação da fórmula resultou em valor inferior ao atualmente praticado, sendo, portanto, mantido o valor vigente, conforme cláusula contratual.

O Conselheiro Sr. Eronildes confirmou o entendimento de que a deliberação em pauta se referia exclusivamente à atualização do valor patrimonial do imóvel pelo valor médio, sem impacto direto no contrato de locação, o que foi ratificado pelo Sr. Júlio Cesar que reforçou a necessidade de clareza quanto à distinção entre a reavaliação patrimonial e o reajuste do aluguel, sendo esclarecido que se tratam de processos distintos, ainda que relacionados no contrato.

Após os esclarecimentos, o tema foi submetido a matéria à deliberação, sendo aprovada, por unanimidade dos presentes, a atualização do valor contábil do imóvel pelo valor médio apurado na avaliação, no montante de R\$ 31.415.383,34, ficando registrada a decisão para os devidos registros contábeis e efeitos administrativo

IV. Outros assuntos;

Dando continuidade à pauta, o Diretor Financeiro, Sr. Carlos Brito, abriu espaço para manifestações dos conselheiros. O conselheiro Sr. Eronildes Marinho, sugeriu a elaboração de um material consolidado, em formato de tabela, contendo todas as obrigações de deliberação do Conselho previstas no regimento e no estatuto. Propôs, ainda, que o referido material contenha a indicação de periodicidade e o respectivo fundamento normativo, com o objetivo de facilitar o acompanhamento das matérias que devem ser submetidas ao Conselho, evitando omissões. A solicitação foi acolhida pela Diretoria, fixando o compromisso de elaboração do material.

Na sequência, o conselheiro Sr. Eronildes Marinho, também propôs a antecipação da revisão do regimento eleitoral, bem como do edital, calendário e sistema de votação, considerando a necessidade de aprimoramentos identificados em processos anteriores. Destacou dificuldades enfrentadas por participantes, especialmente assistidos, no acesso e utilização do sistema, incluindo problemas de usabilidade, cadastro e recebimento de informações. Sugeriu que eventuais ajustes no sistema sejam discutidos com antecedência, inclusive junto à empresa fornecedora,



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2026

visando maior acessibilidade e segurança no processo eleitoral. A Diretoria informou que o tema já está em mapeamento interno e que serão apresentadas atualizações oportunamente.

A conselheira Sra. Teônia Almeida, destacou a dificuldade de acesso de alguns participantes aos seus direitos, especialmente aqueles que não possuem e-mail ou apresentam limitações no uso de tecnologia, relatando casos de participantes que ainda não solicitaram seus benefícios por falta de informação.

Em complemento, o conselheiro Sr. Eronildes Marinho, solicitou a disponibilização de listagem dos participantes que se encontram na condição de Benefício Proporcional Diferido (BPD), contendo informações como estado, plano, matrícula, nome, data de início da condição, telefone e e-mail (quando disponíveis). Ressaltou-se que, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tais informações não devem ser divulgadas, devendo permanecer restritas ao conhecimento dos conselheiros. Destacou-se, ainda, que, nos casos em que algum participante busque esclarecimentos, deverá ser orientado a procurar os canais oficiais de atendimento da EQTPREV, ressaltou a importância de atuação proativa dos conselheiros na orientação desses participantes e sugeriu maior apoio institucional para identificação desses casos. A Diretoria confirmou a viabilidade do levantamento e comprometeu-se a atender à solicitação.

Após a apreciação de todos os assuntos constantes da pauta e não havendo manifestações adicionais, a reunião foi encerrada às 12h. Na sequência, foi determinada a lavratura da presente ata, que será devidamente assinada pelos presentes por meio de plataforma digital.

ALLR CAM CB  HB EMM MCDR TASF TADV GSS